

## IMIGRAÇÃO E ANARQUISMO NO MOVIMENTO OPERÁRIO DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA<sup>1</sup>

*Hamilton Santos*

Doutorando em História Comparada pela UFRJ e membro pesquisador do Observatório do Trabalho na América Latina da UFRJ (OTAL-UFRJ). Mestre em História pela UNIVERSO. Pós-graduado em Ciências da Religião. Professor de História da Rede Estadual do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ). Publicou sua dissertação de mestrado sob o título “Anarquismo e a formação do Partido Comunista do Brasil”

**Resumo :** O objetivo do presente artigo é analisar a influência da imigração europeia na formação do movimento operário brasileiro durante as primeiras décadas da Primeira República. Parte dos imigrantes europeus trouxe as ideias anarquistas de organização operária para o Brasil. A força do anarquismo no movimento operário brasileiro foi intensa. Setores mais combativos do movimento operário eram formados por militantes que, em sua maioria, eram oriundos do anarquismo, da tendência do sindicalismo revolucionário. O sindicalismo revolucionário foi a principal força sindical de resistência à opressão oriunda do incipiente capitalismo no Brasil. É importante conhecermos os alicerces do movimento sindical em nosso país, suas influências, através do estudo da formação da classe operária brasileira e suas estratégias de atuação.

### IMMIGRATION AND ANARCHISM IN THE WORKERS' MOVEMENT DURING FIRST REPUBLIC

**Abstract :** This article aims to analyze the influence of the european immigration in the formation of the brazilian labor movement during the first decades of the First Republic. Part of the european immigrants brought the anarchist ideas of workers' organization to Brazil. The strength of anarchism in the brazilian labor movement was intense. The most militant sectors of the labor movement were formed by militants who were mostly from anarchism, from the tendency of revolutionary syndicalism. Revolutionary syndicalism

---

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

was the main trade union resistance force against oppression that arose from incipient capitalism in Brazil. It is important to know the foundations of the trade union movement in our country, its influences, through the study of the formation of the Brazilian working class and its strategies of action.

**Palavras-chave:** imigração, anarquismo e movimento operário.

## Introdução

O presente artigo tem o objetivo de analisar a influência da imigração europeia no movimento operário brasileiro durante as primeiras décadas da Primeira República, especificamente no Rio de Janeiro. A força do anarquismo no movimento operário brasileiro foi intensa. Setores mais combativos do movimento operário eram formados por militantes que em sua maioria eram oriundos do anarquismo, da tendência do sindicalismo revolucionário. O sindicalismo revolucionário foi a mais combativa e atuante estratégia do anarquismo no Brasil, a principal força sindical de resistência ao incipiente capitalismo em nosso país.

Esboçaremos uma análise da formação da classe operária brasileira, para que possamos identificar os motivos que levaram muitos trabalhadores a apoiar e atuar a combativa concepção do sindicalismo revolucionário. Para alcançarmos tal entendimento será preciso analisar o surgimento das primeiras atividades industriais no Rio de Janeiro, ainda no século XIX. Da mesma forma não podemos ignorar o peso de séculos de escravidão enquanto obstáculo para a implementação de um incipiente modo de produção capitalista no Brasil e conseqüentemente na formação da classe operária brasileira.

No Brasil, as primeiras indústrias surgiram nos anos finais do governo de D. Pedro II. Algumas incipientes fábricas surgiram no início do século XIX e tiveram curto tempo de vida e com elas surgiram também os primeiros operários. A formação do proletariado brasileiro diferiu do modelo clássico de formação de classe operária nas sociedades europeias, particularmente do proletariado inglês, analisado por Thompson em *A formação da classe operária inglesa*<sup>2</sup>.

Em meados do século XVIII, a Inglaterra foi o primeiro país a realizar sua Revolução Industrial, seguida de Bélgica e França, que consolidou seu processo industrial

---

<sup>2</sup>THOMPSON, Edward Palmer. *A Formação da Classe Operária Inglesa: A Árvore da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

no início do século XIX e depois a Alemanha, que iniciou sua industrialização meio século após os ingleses. Um mundo novo estava surgindo na Europa e os europeus se esforçaram para entendê-lo com os meios de análise que dispunham na época. Gradativamente foram sendo desenvolvidas as primeiras análises a respeito da sociedade capitalista e nelas era notória a diferenciação entre os proprietários dos meios de produção, os burgueses, e aqueles que dispunham unicamente da sua própria força de trabalho para vendê-la e assim alcançar a sobrevivência, o proletariado.

Nos países que se industrializaram, foi notório o processo de enriquecimento da minoria que possuía os meios de produção em contraste com a grande massa de trabalhadores que vivia na miséria absoluta, intensamente explorados, obrigados a trabalhar 16 horas por dia em ambientes sem a mínima condição de higiene, escuros e insalubres, em que o risco à integridade física era uma constante. Dentro desse contexto de relação de produção, o único legislador do trabalho era o próprio patrão.

### **Formação do Movimento Operário Brasileiro**

Diferentemente da industrialização europeia, o processo de industrialização no Brasil foi gerado nas entranhas de uma sociedade escravista. O capital adquirido pela venda do café para o mercado internacional, explorando a mão de obra escrava, gerou capital suficiente para que os cafeicultores estimulassem o desenvolvimento das primeiras indústrias, que vão surgir aqui mais de um século após a Revolução Industrial na Inglaterra.

Assim a formação do proletariado brasileiro foi um processo singular, resultado do surgimento e existência das primeiras fábricas no século XIX. Essa formação representou um processo gradativo de transição econômica pela qual o país estava passando.

Os séculos de escravidão em nosso país influenciaram a formação e o comportamento dos trabalhadores brasileiros. Após o fim da escravidão, o comportamento do trabalhador continuou influenciado pelas relações geradas por ela. Exigir melhorias trabalhistas teria como consequência a possibilidade de ser violentamente punido pelos patrões.

Outro desdobramento da escravidão para o trabalhador assalariado brasileiro foi a marginalização do trabalho. O mercado de trabalho no Brasil se desenvolveu entendendo-se o trabalho como uma atividade negativa e penosa. Dentro dessa realidade, era difícil para o trabalhador desenvolver alguma forma de conhecimento. Filho de trabalhador não

estudava, trabalhava. Aqueles que não aceitassem trabalhar sem qualquer tipo de regulação do trabalho, caíam na marginalidade. Eram as únicas alternativas: aceitar a opressão trabalhista do incipiente sistema capitalista no Brasil ou ficar à margem da sociedade. O trabalhador brasileiro entrou, por isso, em um processo de alienação, não desenvolvendo consciência de classe necessária para lutar por seus direitos.

O Brasil viveu o sistema econômico da escravidão durante quase três séculos, fato que alicerçou o crescimento de uma sociedade capitalista com graves desequilíbrios sociais e econômicos. Nosso país, em meados do século XIX, ainda tinha sua produção baseada na exploração do trabalho escravo, do latifúndio de culturas agrícolas extensivas, com seus produtos destinados à exportação, sem centros urbanos desenvolvidos, nem população industrial ativa, com alto grau de adesão ao catolicismo e com altíssimo índice de analfabetismo da população brasileira. Dentro desse contexto, complexas ideias socialistas poderiam criar raízes e se desenvolver, como ideias revolucionárias - o anarquismo ou o marxismo, por exemplo - poderiam levar os trabalhadores brasileiros a se entender enquanto classe social explorada dentro de um sistema capitalista mundial.

Na segunda metade do século XIX, os países latino-americanos já haviam deixado de utilizar mão de obra escrava há dezenas de anos. Com exceção de Cuba e Haiti, o trabalho escravo nunca foi a base da produção dos países de colonização espanhola e francesa. O Brasil manteve a escravidão enquanto pôde, porém a abolição da escravidão era questão de tempo, estando o Brasil inserido em um mundo capitalista, que não abria mais espaço para a manutenção de relações de produção baseadas na escravidão. Antes da abolição, a intensidade da imigração de trabalhadores europeus que vieram trabalhar em nosso país foi pequena, bem menor do que o que o período após a proclamação da República.

O trabalhador brasileiro gradativamente desenvolveu uma consciência de classe necessária para o surgimento de um incipiente movimento operário. A ideologia católica era muito forte entre a população, mas assim como na história do movimento operário francês, o catolicismo não foi um empecilho para o desenvolvimento de uma consciência de classe dos trabalhadores brasileiros. Em algumas regiões isoladas dos sertões do Brasil, trabalhadores camponeses desenvolveram uma espécie de catolicismo popular que lhes permitiu interpretar o mundo, enfrentar o incipiente capitalismo e o governo republicano. Foram os episódios de Canudos na Bahia, as cidades santas do Contestado no Paraná e Santa Catarina, o Caldeirão no Ceará, entre outros. Entretanto, tais enfrentamentos contra o *status quo* foram focos isolados em regiões distantes dos grandes

centros urbanos brasileiros. Além do que eles não criaram condições para o desenvolvimento de uma consciência de classe do trabalhador brasileiro, principalmente por envolver camponeses excluídos e marginalizados.

Dentro do gradativo processo de transição para uma sociedade capitalista, surgiram algumas poucas e efêmeras fábricas, baseadas em manufaturas, que não utilizavam trabalhadores assalariados, mas apenas trabalhadores escravos.<sup>3</sup> No Rio de Janeiro existiu uma fábrica de velas que até 1857 só utilizou escravos. Depois empregou alguns trabalhadores imigrantes que recebiam a mesma alimentação e alojamento destinados aos escravos.

Alguns escravos chegaram a desenvolver alguma especialização em seu ofício.<sup>4</sup> Tal fato representa justamente o processo gradativo de transição do modo de produção escravista para o capitalista.

Também no século XIX existiram algumas poucas fábricas onde trabalhadores assalariados e escravos trabalharam juntos. Essas fábricas utilizavam os operários livres apenas para tarefas que necessitavam de trabalhadores especializados. Assim, em algumas poucas fábricas que surgiram no referido período, o trabalho pesado ainda era feito por escravos. Tal prática era comum em fábricas pertencentes a grupos nacionais ou estrangeiros no século XIX. A fábrica St. John del Rey Mining Co., constituída com capitais ingleses em 1830, utilizava escravos para trabalhos de perfuração de galerias de propriedade da referida empresa. Na Fábrica São Miguel, em Minas Gerais, 150 escravos trabalhavam com fundição em fornos e forjas no ano de 1867.<sup>5</sup> A convivência de trabalhadores assalariados ao lado de escravos, que não recebiam salários por sua força de trabalho e nem sequer possuíam a liberdade perante a lei, possibilitava a construção de uma luta operária por melhores condições de trabalho. Inicialmente alguns dos primeiros proletários brasileiros conviveram com trabalhadores escravizados que não recebiam pagamento pela exploração de sua força de trabalho.

Algumas das primeiras associações operárias tiveram relevante participação na luta abolicionista, pois a manutenção da escravidão no Brasil era um obstáculo para o proletariado lutar por suas reivindicações. Em 1853 a Imperial Associação Tipográfica

---

<sup>3</sup> HARDMAN, Francisco Foot e LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos 20**. Rio de Janeiro: Ed. Ática, 1991, p. 90.

<sup>4</sup>Ibid., p. 90 e 91.

<sup>5</sup> Ibid., p. 91.

Fluminense<sup>6</sup> lutou pela libertação de um escravo tipógrafo do Rio de Janeiro.<sup>7</sup> Fatos como esse aconteceram em diversas regiões do Brasil.

A grande maioria das primeiras indústrias no Brasil utilizava apenas trabalhadores assalariados. A companhia construtora de estradas de rodagens, pertencente a Mariano Procópio não utilizava escravos. Os trabalhadores dessa empresa que estavam na construção da estrada União e Indústria, ligando Petrópolis a Juiz de Fora, entre 1856 e 1861, foram imigrantes portugueses e alemães. Os contratos de produção da estrada proibiam a utilização da mão de obra escrava.

A construção de ferrovias ao longo do século XIX utilizou trabalhadores assalariados, pois em 1852 foi criada a lei que proibia a utilização de escravos na construção de ferrovias. Assim, os milhares de quilômetros de ferrovias, ligando diferentes regiões economicamente estratégicas, utilizaram o trabalho assalariado.

No Brasil, as primeiras manifestações de organização dos trabalhadores aconteceram ainda na época do Império. Na década de 1830 surgiram as primeiras associações de trabalhadores influenciadas pelo mutualismo. Nelas os trabalhadores passaram a se organizar por conta própria, praticando ajuda mútua. Essas associações mutualistas foram surgindo em várias regiões do território nacional.

Em 1833 surgiu a Sociedade de Oficiais e Empregados da Marinha. Também surgiram a Sociedade Mecânica Aperfeiçoadora das Artes Beneficentes (1836), Sociedade de Auxílio Mútuo dos Empregados da Alfândega (1838), Associação Tipográfica Fluminense (1853), a Sociedade de Bem-Estar dos Cocheiros (1856), a Associação Protetora dos Caixeiros (1858), a Associação de Auxílio Mútuo dos Empregados da Tipografia Nacional (1873) e a União Beneficente dos Operários da Construção Naval (1884).<sup>8</sup>

As organizações mutualistas atuavam através da ajuda mútua entre seus associados, auxílio aos necessitados, socorro mútuo em caso de doenças e de acidentes, ajuda financeira na velhice ou em enterros de parentes próximos ao associado. Eram objetivos muito mais econômicos do que políticos. Essas primeiras organizações operárias inauguraram um longo e gradual processo de desenvolvimento como classe,

---

<sup>6</sup> Em 25-12-1853 foi fundada a Imperial Associação Tipográfica Fluminense, a mais antiga organização profissional e um dos primeiros agrupamentos operários do Brasil.

<sup>7</sup> HARDMAN, Francisco Foot e LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos 20**. Rio de Janeiro: Ed. Ática, 1991, p. 94.

<sup>8</sup> HARDMAN, Francisco Foot e LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos 20**. Rio de Janeiro: Ed. Ática, 1991, p. 101.

embora não fosse seu objetivo primordial. Faltava a elas uma ideologia que organizasse a mobilização dos trabalhadores, proporcionasse uma interpretação do mundo ao qual estavam inseridos e lhes fornecesse uma estratégia de luta.

Organizações mutualistas também se desenvolveram na Europa. Surgiram como as primeiras formas de organização dos trabalhadores do Velho Mundo. O tipógrafo e pensador anarquista, o francês Pierre Proudhon, desenvolveu uma forma de mutualismo na qual os trabalhadores deveriam se organizar, ajudando-se mutuamente e utilizando essas associações de ajuda mútua como mecanismos de organização da sociedade.

A partir da década de 1870 surgiram as Ligas Operárias, uma nova forma de organização que se desenvolveu visando a resistência dos trabalhadores frente a seus patrões. Também ficaram conhecidas como associações de resistência. A ajuda mútua deixava de ser o foco principal dos trabalhadores, era necessário organizar-se coletivamente para reivindicar melhores condições de trabalho. Os trabalhadores começaram a paralisar suas atividades até que suas reivindicações fossem atendidas. Em outras palavras, passaram a fazer greve. Algumas associações mutualistas passaram a agir conforme as associações de resistência e essas duas formas de organização operária atuaram juntas durante todo o século XIX<sup>9</sup>. Os trabalhadores europeus também se organizavam através de associações de resistência, nova concepção de organização do anarquista russo Mikhail Bakunin.

Em 1857, trabalhadores acendedores de lampião no Rio de Janeiro tentaram se mobilizar para realizar um movimento grevista. Porém a primeira greve operária que se tem registro no Brasil foi realizada pelos gráficos de três jornais do Rio de Janeiro, em 1858. Os trabalhadores do *Correio Mercantil*, *Jornal do Comércio* e *Diário do Rio de Janeiro* eram obrigados a trabalhar até quinze horas por dia nas oficinas dos referidos jornais, em condições inóspitas de trabalho. Os galpões onde funcionavam as gráficas eram mal iluminados, prejudicando a visão dos trabalhadores que exerciam seu ofício durante a noite e os salários eram baixos para o alto custo de vida. Exigiram aumento salarial mas não foram atendidos, sendo que não recebiam aumento há anos. No dia 9 de janeiro os gráficos dos três jornais cruzaram os braços. Durante os dias de greve, o único jornal que circulou no Rio de Janeiro foi o *Jornal dos Tipógrafos*, utilizado pelos grevistas para explicar a população fluminense os motivos da paralisação<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> Ibid., p. 108.

<sup>10</sup> Ibid., p. 103.

A *Associação Tipográfica Fluminense* apoiou o movimento e os patrões recorreram à polícia para pôr fim à greve. O ministro da Fazenda, Souza Franco, colocou as oficinas da Imprensa Nacional à disposição dos donos dos jornais paralisados, mas os operários gráficos do jornal governamental se recusaram a imprimi-los em solidariedade aos grevistas. Apesar de ter envolvido oitenta operários, o movimento não alcançou sucesso.

Em 1863 houve uma greve dos ferroviários na *Estrada de Ferro Pedro II*, no Rio de Janeiro. Em Barra do Piraí, operários que trabalhavam na construção da referida ferrovia aderiram à greve que ganhou tamanha amplitude que o governo enviou para a cidade quatrocentos soldados da Guarda Nacional para acabar com o movimento.

O movimento operário desenvolveu inúmeras ferramentas para atrair e conscientizar os trabalhadores sobre a necessidade do desenvolvimento da consciência de classe e também a respeito das condições de trabalho a que eram submetidos.

O principal veículo de propaganda do movimento operário nesses primeiros anos foram os jornais. Uma quantidade relevante de jornais operários começou a circular. Os principais deles, que circularam no Rio de Janeiro nas décadas seguintes à greve de 1858 foram: *Echo dos Artistas* (1861), *Revista Tipográfica* (1864), *Gazeta dos Operários* (1875) e *O Proletário* (1878). Eram jornais pequenos, com tiragem reduzida e curto tempo de circulação mas sua importância não pode ser desprezada.

Apesar da predominância do mutualismo nos anos iniciais de formação do proletariado brasileiro, havia também as Ligas Operárias de Resistência, ligadas ao proletariado mundial. Em 1871 surgiu a *Liga Operária do Rio de Janeiro*, que se tornou uma sociedade mutualista em 1878.<sup>11</sup> Surgem outros jornais operários nesse período, porém o processo de formação da classe operária, antes de 1888, se desenvolvia muito lentamente.

### **A Imigração e o Anarquismo no Brasil**

Volto a lembrar que o trabalhador no Brasil era intensamente explorado e o governo italiano alertava seus conterrâneos sobre essas difíceis condições. Assim que os imigrantes desembarcavam no Brasil, recebiam nos portos de chegada um guia chamado “*Avvertenze per l'emigrante italiano*”, de dezesseis páginas, produzidos pelo

---

<sup>11</sup> Relatório da Comissão Executiva do Partido Operário do Brasil. São Paulo, 1893.



*Commissariato Generale dell'Emigrazione*. Em suas primeiras páginas, alertava os conterrâneos sobre os perigos que os rondava em terras brasileiras. Nele havia uma lista de representações diplomáticas italianas em diversas regiões do Brasil e mundo afora: “Mantenha sua dignidade de trabalhador e de italiano: não aceite ocupação humilde demais ou pagamento inferior ao do trabalhador em nosso país”. (Magalhães, 2012:34).

Em março de 1902 o governo italiano proibiu a imigração de seus cidadãos para o Brasil, através do Decreto Primitti, alegando maus tratos aos seus cidadãos, por parte de patrões e cafeicultores brasileiros. Tal proibição se deu após muitas queixas de imigrantes italianos e também da percepção de que o governo brasileiro em nada se esforçava para frear a intensa exploração a que estavam submetidos os trabalhadores estrangeiros.<sup>12</sup>

Tal fato nos permite entender como os trabalhadores eram tratados no Brasil. Esse tratamento criou as condições para o surgimento de um forte movimento anarquista, principalmente através da vertente do sindicalismo revolucionário, nas duas primeiras décadas do século XX. Entender esse período é fundamental para a compreensão sobre o surgimento do Partido Comunista do Brasil em março de 1922, justamente no início da década que se seguiu às duas décadas de apogeu do movimento libertário.

Esse foi o contexto político, econômico e social no qual a classe operária brasileira estava se formando. Analisando-o é possível entender como o anarquismo ganhou grande força e se tornou a principal ideologia proletária. No entanto não podemos cair na armadilha de considerar o anarquismo como a única ideologia capaz de unir o proletariado brasileiro. Podemos sim entender como ele se tornou tão forte no Brasil a ponto de assombrar as autoridades que temiam a emancipação dos trabalhadores.

No Brasil, na segunda metade do século XIX, ainda durante a escravidão, a imigração estrangeira foi baixa, pois as denúncias que chegavam à Europa falavam das difíceis condições de trabalho e da escravidão que continuava existindo em nosso país. Preferiam reconstruir suas vidas em outros países latino-americanos e principalmente nos Estados Unidos da América.

A Inglaterra se esforçou para sufocar a escravidão no Brasil, através da imposição do fim do Tráfico Negreiro, o que só se deu depois da Lei Eusébio de Queiróz em 1850. A Inglaterra pretendia conquistar novos mercados consumidores ao redor do mundo. Após a abolição da escravidão no Brasil em 1888, o número de trabalhadores imigrantes

---

<sup>12</sup> DULLES, John W. F. **Anarquistas e comunistas no Brasil: 1900-1935**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977, p17.

que vieram para o Brasil aumentou consideravelmente, pois havia necessidade de mão de obra. Houve também uma expressiva expansão urbana. Desta forma, os imigrantes foram substituindo os antigos escravos nas diversas atividades econômicas, até mesmo nas mais árduas, e os antigos cativos ficaram à margem da sociedade capitalista, pois careciam de especialização e conhecimento.

Vários dos contratos firmados na Europa para a vinda de trabalhadores imigrantes tinham entre outras cláusulas a indicação para trabalhar nas cidades, principalmente em obras públicas. Era preciso manter os escravos na lavoura, que passava por um período de escassez de capitais e de mão de obra, de acordo com o Congresso Agrícola de 1878.<sup>13</sup>

Inicialmente as elites brasileiras preferiram trazer trabalhadores imigrantes provenientes da Itália, Portugal e Espanha devido à facilidade de aclimatação, facilidade com o idioma e religião católica em comum. Outro fator foi a necessidade, por parte das autoridades brasileiras, de embranquecer a população, inspiradas nas teorias racistas da época. Em muitos países da América houve tentativas similares. No processo de imigração também vieram trabalhadores de outros países europeus, porém não tiveram tanta representatividade quanto italianos, portugueses e espanhóis.

Entre 1871 e 1920, por aqui chegaram 3.390.000 imigrantes. Desse grupo 1.373.000 eram italianos, 901 mil eram portugueses e 500 mil eram espanhóis.<sup>14</sup> De acordo com os dados fornecidos pelos censos realizados no Rio de Janeiro, de 1838 a 1920, a população de imigrantes estrangeiros cresceu consideravelmente capital da República. O número desses imigrantes, em 1838, foi de 9.530 em uma população de 137.078 pessoas, ou seja: apenas 6,9% da população carioca. Em 1872 eram 73.310 trabalhadores imigrantes, em uma população de 152.723 brasileiros livres na capital e 48.939 indivíduos escravizados. Os estrangeiros já eram quase a metade da população. Em 1890 o número de trabalhadores estrangeiros foi de 155.202 em uma população de 522.651. Esses dados demonstram que a população estrangeira no Rio de Janeiro havia duplicado. Em 1906 o número de imigrantes chegou a 210.515 indivíduos em uma população de 811.443 habitantes. De acordo com os dados fornecidos pelo censo de 1907, os imigrantes eram 25% da população do Rio de Janeiro. Um índice alto levando-se em conta as proibições de emigração para o país e a expulsão de estrangeiros indesejáveis.

<sup>13</sup> CF. Congresso Agrícola. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1988, p. 240.

<sup>14</sup> SALLES, Iza. **Um cadáver ao sol**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005, p. 30 e 31.

Em 1920 a população de estrangeiros na capital chegou a 239.129 pessoas em um total de 1.157.873 habitantes<sup>15</sup>.

Durante todo o período imperial, a capital consolidou-se como o centro da vida política do país. Nos primeiros anos da República, o Rio de Janeiro era a capital da República e referência para as demais cidades do país. Nela viviam 500 mil habitantes. Era a capital política, econômica e cultural do país. O Rio de Janeiro como capital da República conheceu um intenso fluxo de indivíduos oriundos de diversas regiões do país e do exterior. Aumentou o número de habitantes e a composição étnica e cada vez chegavam mais trabalhadores imigrantes europeus à capital da República.<sup>16</sup> Com isso surgiu também uma massa de subempregados e desempregados, criando um exército industrial de reserva.<sup>17</sup>

Indivíduos sobreviviam de pequenos serviços, sem vínculos empregatícios permanentes. Em 1890, na capital, a quantidade de trabalhadores com ocupações mal definidas chegava a mais de 100 mil pessoas. Muitas delas viviam entre os mundos da legalidade e da ilegalidade. Em 1906 esse número chegou a mais de 200 mil. Eram desempregados, ladrões, ambulantes, prostitutas, jornaleiros, criados, serventes de repartições públicas, desertores do Exército, da Marinha, de navios estrangeiros, engraxates, bicheiros, crianças de rua que já praticavam pequenos furtos, receptadores, capoeiristas etc.<sup>18</sup>

Essas pessoas viviam, atuavam e trabalhavam nas principais ruas do centro da capital. Eram constantemente incriminados nas estatísticas da época. Geralmente incriminados sob acusações de desordem, embriaguez, jogo e vadiagem. Essas acusações condenaram 60% dos detidos na Casa de Detenção em 1890.<sup>19</sup>

---

<sup>15</sup> MENEZES, Lená Medeiros de. **Os indesejáveis: desclassificados da modernidade**. Rio de Janeiro: edUERJ, 1996, p. 62 e 63.

<sup>16</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia da Letras, 1987, p. 16.

<sup>17</sup> Conceito desenvolvido por Karl Marx na **Crítica da Economia Política**, analisando o desemprego estrutural na economia capitalista. O exército industrial de reserva corresponde à força de trabalho que excede as necessidades de produção. Para o bom funcionamento do modo de produção capitalista e garantir o processo de acumulação, é necessário que parte da população ativa esteja permanentemente desempregada. Esse contingente de desempregados atua como um inibidor das reivindicações dos trabalhadores e contribui para o rebaixamento dos salários.

<sup>18</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia da Letras, 1987, p. 16.

<sup>19</sup> *Ibid.*, p. 18.

Acompanhando o desenvolvimento da classe operária surgiram as primeiras tentativas de organização. A luta dos trabalhadores fluminenses contra a intensa exploração econômica e consequente miséria que os afligiam ganhava visibilidade no restante do país, pois no Rio de Janeiro o comportamento político da população terminava por refletir em todo país, sendo referência para diferentes regiões.<sup>20</sup>

A grande maioria dos trabalhadores pobres, estrangeiros ou não, carregava consigo o sonho de uma vida melhor, a possibilidade de fugir da pobreza. Os progressos realizados no Rio de Janeiro, em processo de industrialização, no final do século XIX, transformaram a capital da República em um possível alvo de imigrantes que tentavam melhorar de vida, mesmo que tivessem de deixar sua terra natal e a família para trás. O desenvolvimento na área de transportes, principalmente com a navegação a vapor e o transporte ferroviário se deu anteriormente pela necessidade de suprir e distribuir a produção. Foram diminuídas as distâncias, facilitando o acesso para o Distrito Federal e o local se tornou uma opção para os trabalhadores imigrantes.

O governo brasileiro empenhava-se em criar uma falsa visão romântica de que o Brasil era um paraíso a ser explorado por trabalhadores estrangeiros. Entre 1884 e 1903, chegaram ao Brasil mais de um milhão de imigrantes italianos. Esse número é superior à soma dos demais trabalhadores imigrantes do período que vieram trabalhar no Brasil na mesma época.<sup>21</sup> Partiram da Itália fugindo de inóspitas condições de vida, principalmente da região sul daquele país, que era agrária e empobrecida. No Distrito Federal, o grupo de trabalhadores estrangeiros majoritário era de portugueses.

Alguns imigrantes vieram diretamente de seus países de origem, para trabalhar nas primeiras indústrias<sup>22</sup> brasileiras. Outros já viviam no Brasil, desiludidos com as péssimas condições de vida e de trabalho nas fazendas de café. Embora inicialmente a imigração europeia tivesse o objetivo de substituição gradativa da mão de obra escrava, principalmente nas fazendas de café, a imigração urbana também aconteceu nesses primeiros anos. No Rio de Janeiro, capital da República, o mercado livre de trabalho aumentou desde a implementação da Lei Eusébio de Queiróz.<sup>23</sup>

---

<sup>20</sup> Ibid., p. 13.

<sup>21</sup> DULLES, John W. F. **Anarquistas e comunistas no Brasil: 1900-1935**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977, p. 17.

<sup>22</sup> Ibid., p. 17.

<sup>23</sup> MENEZES, Lená Medeiros de. **Os indesejáveis: desclassificados da modernidade**. Rio de Janeiro: edUERJ, 1996, p. 64.

Para entendermos a importância do trabalhador imigrante europeu na economia nacional do referido período, no ano de 1900, em São Paulo, 90 por cento do proletariado local era composto de trabalhadores estrangeiros.<sup>24</sup> No Rio de Janeiro capital da República os portugueses eram 72% dos imigrantes. Os italianos eram 9% e os espanhóis 8%. Muitos deles trouxeram seus sonhos de uma vida melhor e também as ideias anarquistas propagadas principalmente por Piotr Kropotkin (1842-1921) e Errico Malatesta (1853-1932).

Vários fatores impulsionaram portugueses a saírem de Portugal para tentar uma nova vida, entre eles: mudanças no tradicional modo de vida de famílias rurais portuguesas, alterações em preços de mercadorias, aumento dos tributos, assim como a decrepitude da indústria artesanal. Outro importante fator que impulsionou o processo migratório português para o Brasil foi a destruição da indústria vinícola do norte de Portugal, principalmente da província do Douro. A imigração para o Brasil acabou se tornando uma possibilidade de sair da miséria em que muitos portugueses se encontravam. Muitos portugueses ouviam falar da melhoria de vida que conterrâneos alcançaram trabalhando no Brasil. Mesmo as notícias das dificuldades que portugueses passavam no Brasil não diminuíram a esperança de melhorar de vida trabalhando aqui.<sup>25</sup>

O Rio de Janeiro recebeu imigrantes portugueses naturais principalmente das províncias do norte, especificamente de Minho, Douro, Tras-os-Montes. Também chegaram à capital imigrantes das cidades de Viana do Castelo, Braga, Guimarães, Vila Real, ou então camponeses pobres de Vila Nova de Foz Coa e Moimenta da Beira. Os portugueses trabalharam em diversas áreas, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento da capital da República. Pouco mais de três séculos fizeram com que eles deixassem de ser encarados como colonizadores e passassem a ser vistos como um estrangeiro trabalhador em busca de uma vida melhor.<sup>26</sup>

No final do século XIX, os italianos tinham plena liberdade para imigrar. A maioria dos imigrantes italianos eram oriundos de áreas rurais do sul da Itália, principalmente das regiões de Cosenza, Potenza e Salerno. De 1872 a 1890, o número de imigrantes italianos no Rio de Janeiro cresceu de 1.738 indivíduos para 17.789. Chegaram

---

<sup>24</sup> BANDEIRA JÚNIOR, Antonio Francisco. **A indústria no estado de São Paulo em 1901.**

São Paulo: Editora

Typ. do Diário Oficial, 1901, p. 8.

<sup>25</sup> MENEZES, Lená Medeiros de. **Os indesejáveis: desclassificados da modernidade.** Rio de Janeiro: edUERJ, 1996, p. 70.

<sup>26</sup> *Ibid.*, p. 72 e 73.

a 20.000 imigrantes italianos no início do século XX. Muitos deles trabalharam como vendedores ambulantes e vendiam de tudo, legumes, peixes, verduras, aves, vassouras, jornais, frutas etc. Representaram a substituição do escravo de ganho que desempenhava justamente esse ofício nos centros urbanos brasileiros. Italianos também desempenharam outras atividades profissionais humildes e, além do comércio ambulante, trabalharam de engraxates, jornaleiros, amoladores, sapateiros, varredores de ruas, pedreiros, alfaiates, barbeiros etc. Dedicavam-se a profissões humildes e a subempregos com a esperança de alcançar uma vida melhor. Alguns se dedicavam à atividades marginais. Os italianos provenientes do sul da Itália eram vítimas do preconceito ao imigrante italiano dessa região, pois alguns eram considerados membros da máfia. A máfia italiana surgira justamente no sul da Itália e alguns imigrantes de lá saíram para cruzar o atlântico e desenvolver atividades mafiosas principalmente nos Estados Unidos da América..<sup>27</sup>

Entre os imigrantes espanhóis, os grupos de maior expressão eram oriundos de regiões da Galícia, da qual fazem parte as cidades de La Coruña, Orense e Corrinha. Em 1890 eram 10.750 imigrantes. Em 1906, os espanhóis duplicaram seu contingente, chegando a 20.699 indivíduos. Trabalharam principalmente no comércio, armazéns, restaurantes realizando o ofício de copeiros e garçons. Também trabalharam na exploração de pedreiras, construção civil, marcenaria, alfaiataria, fabricação de sapatos etc. Os galegos, espanhóis naturais da Galícia, trabalharam em muitos armazéns na capital da República. Imigrantes portugueses e espanhóis sofreram no Rio de Janeiro, os mesmos preconceitos e discriminações de que eram vítimas do outro lado do Atlântico. Os galegos eram discriminados pelos portugueses que residiam na capital do Brasil, assim como em Portugal. Apesar de se referir ao espanhol da Galícia, no Brasil o termo “galego” ganhou uma conotação pejorativa, significando indivíduo rude, sem cultura, ignorante que aceitava as atividades profissionais mais degradantes, laboriosas, aceitando qualquer tipo de remuneração. Esse rótulo terminou por atingir trabalhadores imigrantes que aqui tentavam ganhar a vida, inclusive os portugueses, pois os brasileiros não diferenciavam galegos de portugueses, devido à semelhança da língua, física, cultural, proximidade geográfica..<sup>28</sup>

Entre 1870 a 1920 imigrantes de outras nacionalidades também passaram a viver na capital da República. Ingleses e alemães aqui viviam desde as últimas décadas do

---

<sup>27</sup> Ibid., p. 77 e 78.

<sup>28</sup> Ibid., p. 78.

Império. Já nos primeiros anos da República, vieram para à capital imigrantes russos, argentinos, uruguaio e turcos<sup>29</sup>. Entre 1850 a 1890, os franceses eram o segundo grupo de imigrantes na capital. A imigração francesa na capital estava relacionada aos setores ligados à moda e empreendimentos ligados ao lazer. Muitos franceses abriram suas lojas na Rua do Ouvidor, ligadas à indústria da moda e também voltaram-se para o comércio ligado à vida noturna do Rio de Janeiro. Algumas francesas trabalharam como prostitutas na boemia carioca e ficaram conhecidas como “especialistas na arte do amor”. Chegaram ao topo da hierarquia da prostituição carioca do período, na qual as mulheres polacas eram a base. A imigração francesa teve relevante participação no desenvolvimento da capital republicana, porém estava restrita a espaços específicos distantes de setores ligados ao incipiente proletariado carioca. Os franceses jamais perderam o domínio nos espaços de luxo e sofisticação da capital, que tradicionalmente eram relacionados à cultura francesa. Como os principais espaços ocupados pela imigração francesa eram tipicamente femininos, entende-se o número superior de mulheres entre os imigrantes franceses na capital. Esse fato distinguiu a imigração francesa dos demais grupos de imigrantes europeus do período, formado em sua maioria por homens, que viviam sozinhos. Na passagem do século XIX para XX, a imigração francesa caiu para o quarto lugar. Entre 1906 até 1920 tornaram-se o quinto grupo de imigrantes no Rio de Janeiro. No Censo de 1920, viviam 3.538 franceses no Rio de Janeiro. Desse grupo, as mulheres eram a maioria, representando 64,7%.<sup>30</sup>

Porém esses grupos imigrantes não fazem parte do nosso objeto de pesquisa, pois não tiveram uma relevante participação no processo de formação e luta da classe operária no Rio de Janeiro.

A imigração europeia, particularmente de portugueses, italianos e espanhóis foi de grande importância na formação e desenvolvimento da classe operária no Brasil, particularmente no Rio de Janeiro. A incipiente classe operária brasileira organizou-se também através do sindicalismo revolucionário de inspiração anarquista para defender os interesses proletários, protagonizando o setor mais combativo do sindicalismo do referido período.

A referência do Centro Galego para os trabalhadores brasileiros representou a relevância e influência dos trabalhadores imigrantes na formação da classe operária. Foi

---

<sup>29</sup> Ibid., p. 78.

<sup>30</sup> Ibid., p. 75 e 76.

o local do I Congresso Operário Brasileiro (1906), na Rua da Constituição n° 30 e 32, no Centro do Rio. Muitos imigrantes estrangeiros que vieram trabalhar no Brasil trouxeram uma consciência de classe desenvolvida em seus países de origem. Outros imigrantes desenvolveram-na aqui. Nem todos eram anarquistas, embora muitos fossem. Ao chegar ao Brasil, nas décadas finais do século XIX, muitos anarquistas tentaram se organizar para combater a exploração capitalista, participando das organizações sindicais que já existiam e criando outras organizações operárias. Partindo do princípio da necessidade de organização da classe operária brasileira para lutar contra as inóspitas relações de produção, grupos anarquistas ligados à vertente do sindicalismo revolucionário, desenvolveram uma importante e frutífera relação com o já referido Centro Galego do Rio de Janeiro. O espaço era cedido para diversas programações sindicais e sociais organizadas pelos anarquistas.

Muitos trabalhadores estrangeiros tentavam reconstruir suas vidas em países do Novo Mundo. Se alguns queriam escapar das miseráveis condições de vida que levavam em seus países de origem, outros tinham alguma condição financeira mas vislumbravam a possibilidade de prosperar em melhores condições do que as que estavam submetidos em seus países. Alguns poucos imigrantes conseguiram se tornar empresários bem sucedidos.

Trabalhadores nacionais conviviam com trabalhadores estrangeiros dentro das mesmas indústrias. Com a chegada dos imigrantes europeus novas maneiras de interpretar o mundo por aqui chegaram, ideologias utilizadas na Europa para lutar contra a opressão do sistema capitalista que se espalhava por todo o mundo.

No final do século XIX cresceu muito o número de trabalhadores urbanos livres no Rio de Janeiro. A cidade tinha o porto mais importante do país, que exportava principalmente café; era a sede da Monarquia e reunia muitos bancos e negociantes estrangeiros. Por conseguinte, na capital do Brasil foram criadas condições para o surgimento e desenvolvimento das primeiras fábricas, embora tenham surgido fábricas em diferentes regiões do território nacional. O Rio de Janeiro concentrava capitais provenientes da cafeicultura e do comércio exterior. Muitos latifundiários que enriqueceram com o comércio internacional do café passaram a investir parte do capital acumulado na instalação de pequenas indústrias na capital e nas principais cidades do Brasil. Empresas estrangeiras também instalaram pequenas fábricas em território nacional. As novas possibilidades de lucro através da industrialização transformaram a economia nacional.



Em 1826, no Rio de Janeiro, surgiu no Andaraí Pequeno, atual bairro da Tijuca, uma estamperia que desapareceu em 1848<sup>31</sup>. Em 1841 surgiu uma fábrica de tecidos, também no bairro do Andaraí Pequeno, cujo dono era Frederico Guilherme. Essa fábrica empregou 22 operários assalariados, possuía maquinário movido a energia hidráulica e desapareceu em 1865. Seu maquinário foi utilizado na instalação da Fábrica de Santa Tereza, localizada na cidade de Parati. Essa fábrica empregou 47 operários, entre eles 30 crianças. Produzia 500.000 metros de tecidos anualmente.<sup>32</sup>

Em Petrópolis surgiu a Fábrica São Pedro de Alcântara, de propriedade de Joaquim Diogo Hartley. Essa fábrica utilizava energia a vapor em 1852. Na mesma cidade surgiu também uma fábrica de meias em 1851 de propriedade de Alfredo Solier Gand. A partir de 1850 o número de fábricas no território nacional passou a crescer. Na referida data existiam apenas cinquenta fábricas no país e em 1866 havia nove fábricas de tecidos em todo o Brasil. Nesse mesmo período, nos Estados Unidos da América existiam 1000 fábricas de tecidos. Em 1882 surgiram 36 novas fábricas de tecidos no Brasil e onze delas estavam instaladas no Rio de Janeiro, capital imperial.<sup>33</sup>

Na mesma época as indústrias metalúrgicas eram pequenas empresas. A primeira fundição do Rio de Janeiro pertenceu a Theodoro de Macedo Freire em 1815. Oficinas do governo também atuavam no ramo da metalurgia, como foi o caso do Arsenal da Marinha e a Estrada de Ferro Pedro II, ambas no Rio de Janeiro.<sup>34</sup>

No ramo de calçados a maior fábrica no capital do Império empregava cem trabalhadores. Pertencia ao Sr. Moriame e tinha a produção de aproximadamente 50.000 pares de sapatos por ano.<sup>35</sup> Nesse ramo a produção se dava através da utilização de máquinas e do trabalho artesanal tradicional do ramo no período.<sup>36</sup>

A partir de 1870, o número de fábricas aumentou ainda mais em todo território nacional e a produção passou a alcançar maior importância na economia. Com a abolição da escravidão em 1888, a relevância e crescimento das fábricas brasileiras cresceu

---

<sup>31</sup> Relatório apresentado ao Ministério da Fazenda pela Comissão de Inquérito Industrial. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1882, vol. 1, p. 10.

<sup>32</sup> *Ibid.*, p. 21.

<sup>33</sup> HARDMAN, Francisco Foot e LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos 20**. Rio de Janeiro: Ed. Ática, 1991, p. 33.

<sup>34</sup> *Ibid.*, p. 36.

<sup>35</sup> Relatório da Comissão de Inquérito Industrial, 1882, *op. cit.*, p. 120.

<sup>36</sup> HARDMAN, Francisco Foot e LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos 20**. Rio de Janeiro: Ed. Ática, 1991, p. 36.

bastante e alguns historiadores chamaram esse decênio de “primeiro surto industrial brasileiro”.<sup>37</sup>

A proclamação da República não incluiu a participação do cidadão na atividade política. Deveria ter como pré-requisito a consideração legal de que todos os indivíduos seriam cidadãos e estariam incluídos de quaisquer benefícios do regime político. O Império era uma máquina estatal decrépita, enferrujada, que não atendia mais as necessidades governamentais brasileiras nesse período de transição da escravidão para o modo de produção capitalista.

O governo brasileiro gastou grandes quantias financeiras para remodelar seus principais centros urbanos, adaptar as estruturas econômicas do país para ajustá-las às demandas internacionais. A República foi proclamada um ano após indivíduos terem sido libertos dos grilhões do modo de produção escravista. A capital da incipiente República foi idealizada e transformada para materializar esse projeto republicano. Escravos eram mercadorias no ano anterior e não se tornaram cidadãos apenas porque o governo brasileiro colocou uma pá de cal no sistema escravagista. Os antigos escravos eram desprezados até mesmo como mão de obra. Já os imigrantes deveriam ocupar o espaço aberto pela ausência de mão de obra e também não eram considerados cidadãos, dentro do conceito de cidadania inerente a uma República.

Criou-se um contexto político, social e econômico extremamente fértil para o surgimento de ideologias que defendessem os interesses de pessoas exploradas economicamente e excluídas de uma cidadania plena. Dentro desse contexto, não é surpresa nenhuma o florescimento e desenvolvimento de ideologias que lutassem por uma sociedade igualitária, em que todos seriam iguais, com participação política na organização social, sem miséria e com a inexistência de um estado opressor que atende unicamente aos interesses econômicos e políticos da classe dominante.

O Brasil em fins do século XIX e início do século XX estava em um lento e gradual processo de industrialização e conseqüentemente urbanização. Os operários brasileiros, desprotegidos e sem ter a quem recorrer, reagiram violentamente contra seus supervisores, contramestres e patrões. Gradativamente foram deixando essas reações isoladas e passaram a pensar coletivamente. Sentiam a necessidade de se organizar enquanto classe, para lutar por direitos básicos.

---

<sup>37</sup> Ibid., p. 21.

... “Cada fábrica tinha um aspecto fosco e hostil de presídio, com seus guardas de portão fardados e armados, operários e operárias submetidos a vexatórias revistas e humilhantes observações, quando não recebiam ameaças de toda a sorte”. (Dias, 1962:212).

Nesse período, a organização dos trabalhadores como classe social estava apenas começando. A consciência de classe do proletariado nacional ainda era incipiente. Alguns fatos demonstram o gradativo processo do desenvolvimento da organização dos trabalhadores e conseqüentemente de sua consciência de classe. Para um melhor entendimento do nosso objeto de estudo, precisamos entender as especificidades do movimento operário do período analisado. Acreditamos que as organizações operárias de inspiração anarquista, foram os principais instrumentos de luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e conseqüentemente de sobrevivência.

Não podemos analisar a organização de trabalhadores em meados do século XIX, tentando encaixá-los dentro dos padrões sindicais e trabalhistas do século XX e XXI. Nos dias atuais, a grande maioria dos sindicatos encontram-se aparelhados por partidos políticos que se apresentam como organizações políticas progressistas. No entanto, utilizam-se dessa importante ferramenta de luta operária para alcançar seus mesquinhos objetivos políticos: fazer cadeiras no parlamento burguês, alcançar o poder executivo e usufruir os privilégios políticos e materiais concedidos aos membros dos executivo e legislativo.

Dentro do contexto econômico industrial brasileiro do respectivo período, que proporcionava exploração, miséria e violência contra o trabalhador, não foi surpresa o surgimento de trabalhadores indignados e insatisfeitos com suas condições de trabalho, que assimilaram as ideias anarquistas e as propagaram em diversas regiões do país, principalmente na Capital da República. No Brasil, a luta de classes terminou se manifestando de diferentes formas durante o processo de industrialização brasileira. Os patrões, capitalistas, pertencentes à elite do país, proporcionavam privilégios a funcionários federais para que estes trabalhassem de acordo com os interesses da classe dominante. A máquina estatal, com seus tentáculos, existia para defender os interesses da burguesia, favorecendo a intensa exploração do proletariado.

O convívio desses trabalhadores em episódios de socialização num mesmo bairro ou fábrica fez com que fossem ouvidas ideias que defendiam a luta do proletariado contra a exploração capitalista. Ouviram ideias anarquistas e socialistas que os operários imigrantes traziam consigo de seus países de origem. Jornais anarquistas e encontros

sociais também foram ferramentas de fundamental importância para espalhar as ideias libertárias entre os trabalhadores brasileiros.

Assim como no sul do continente europeu, o anarquismo encontrou terreno fértil entre os trabalhadores do Brasil e dos países sul americanos. Inicialmente, no Brasil, o anarquismo ganhou muito mais adeptos do que o socialismo. Nas primeiras fábricas brasileiras, principalmente as de tecidos no Rio de Janeiro e em São Paulo, os trabalhadores, entre eles muitas mulheres, imigrantes e crianças, trabalhavam por horas intermináveis, sendo ameaçados por seus patrões, surrados e sem qualquer legislação trabalhista. O anarquismo oferecia aos trabalhadores brasileiros justiça social, o fim da exploração, da miséria, da fome, uma vida com dignidade conforme as necessidades de cada um, liberdade e autonomia individual, combate ao governo, a Igreja, à propriedade privada e aos partidos políticos.

“Sendo os meios de produção obra coletiva da humanidade, devem regressar à coletividade humana. A apropriação pessoal não é justa nem proveitosa. Tudo é de todos, visto que todos precisam de tudo, visto que todos tem trabalhado na medida de suas forças, e que é materialmente impossível determinar a parte que poderia pertencer a cada um na produção atual das riquezas” (Kropotkin, 2011:24).

Os trabalhadores imigrantes chegavam ao Brasil, se instalavam e começavam a ganhar a vida percebendo que o Brasil estava longe de ser o país das oportunidades, em que poderiam melhorar de vida e ajudar suas famílias. As condições de trabalho dos imigrantes e ex-escravos nas fábricas<sup>38</sup> eram tão ruins que não foram poucas as queixas de trabalhadores estrangeiros a seus governos sobre as inóspitas condições de vida no Brasil em fins do século XIX e início do século XX.

Foram os trabalhadores do sul da Europa, da Espanha, Itália e Portugal que trouxeram a ideologia anarquista consigo. Nos seus países de origem, entre os operários europeus, o anarquismo era mais representativo do que o marxismo na luta por um mundo mais justo.

Os governos dos países de onde vinha a grande maioria dos trabalhadores imigrantes consideravam as ideias anarquistas perigosas e viam com bons olhos a possibilidade de se ver livres desses indivíduos agitadores que influenciavam e revolucionavam os trabalhadores locais. Alguns anarquistas europeus, inspirados pelo

---

<sup>38</sup> HARDMAN, Francisco Foot. e LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Ática, 1991, p. 94.

lema “propaganda pelo fato”, participaram ativamente da organização do proletariado local, de greves, de insurreições armadas, revoltas de trabalhadores, dando vida ao sindicalismo revolucionário, em seus respectivos países.

O principal temor das elites europeias era que revoltas de trabalhadores pudessem se transformar em uma revolução. Portanto, o êxodo de trabalhadores para os países da América, entre eles militantes anarquistas, foi estimulado e praticado por alguns governos europeus, o que resolvia também a questão do crescimento demográfico dentro de suas fronteiras.

Na Inglaterra e Alemanha o socialismo era mais forte. Já Barcelona, a maior cidade industrial da Espanha, era conhecida como a “capital do anarquismo”.<sup>39</sup>

Famosos militantes anarquistas espanhóis, portugueses e italianos vieram tentar ganhar a vida nos países da América, muitos deles foram expulsos pelos governos de seus países. O importante militante anarquista italiano Errico Malatesta saiu da Itália em 1878 rumo ao Egito, fruto da intensa vigilância e perseguição policial, após amargar anos de confinamento por causa de suas atividades revolucionárias em solo italiano. De 1885 até 1889 viveu na Argentina, sobrevivendo com o trabalho em uma oficina mecânica. Nesses anos em que viveu na América continuou sua militância anarquista publicando jornais na língua italiana e espanhola com o objetivo de propagar a ideologia libertária no país portenho. Não chegou a viver no Brasil. Malatesta foi um dos mais destacados militantes libertários e o fixar moradia por tantos anos no continente americano mostra a importância do continente americano na vida desses imigrantes

Outro militante anarquista italiano que desempenhou importante papel em solo latino-americano foi Oreste Ristori. Uma importante fonte de estudo sobre a vida de Ristori e conseqüentemente de parte do movimento anarquista é a biografia “*Oreste Ristori, uma aventura anarquista*” de autoria de Carlo Romani. Assim como Malatesta, foi para a Argentina inicialmente, depois para o Uruguai e dali seguiu para o Brasil. Em São Paulo, criou em 1904 o jornal em italiano *La Battaglia*, com objetivo de expor suas ideias libertárias. Participou de inúmeras conferências por todo o Brasil, expondo o anarquismo, mobilizando e agitando os trabalhadores. Era excelente orador e homem pronto para ação. Em 1911, Ristori usou o referido semanário para analisar a situação do trabalhador em terras brasileiras:

---

<sup>39</sup> DULLES, John W. F. **Anarquistas e comunistas no Brasil: 1900-1935**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977, p. 19.

“A jornada de trabalho, aqui, como em qualquer país, vai de 10 a 13 ou 14 horas por dia; os salários não são melhores do que os da Europa, quando se considera os preços dos gêneros e da moradia é aqui mais alto. A vida horrorosa, infernal das fazendas é desconhecida na Europa. O trabalhador dos campos aqui trabalha quatorze a quinze horas por dia e vive em imundas pocilgas de barro”. (Dulles, 1977:20).

Tal análise feita pelo imigrante italiano Oreste Ristori, nos permite encontrar algumas semelhanças entre a intensa exploração que o trabalhador estava submetido nos países do sul da Europa, com aquela que o anarquista encontrou no Brasil. Assim como nos países europeus de origem de muitos militantes anarquistas o anarquismo no Brasil também criou raízes e se desenvolveu, tornando-se a principal e mais combativa ideologia a defender os interesses dos trabalhadores que tentavam sobreviver.

Em 1889, chegou em terras brasileiras, ainda jovem, outro imigrante italiano, que seria um dos mais importantes militantes anarquistas no Brasil: Gigi Damiani, que já havia amargado penas de prisão na Itália. Ficou seis anos no Paraná, onde exerceu o ofício de pintor. Fundou em Curitiba o jornal proletário *O Direito* com objetivo de influenciar os trabalhadores curitibanos, em sua grande maioria de origem alemã e polonesa. Foi depois para São Paulo, onde, durante vários anos, colaborou com Ristori em seu jornal *La Battaglia*, e com outros semanários anarquistas. Foi um homem conhecido por suas poucas palavras e intensa atividade militante.

Everardo Dias e Florentino de Carvalho (pseudônimo de Primitivo Raimundo Soares) foram dois importantes imigrantes espanhóis, que chegaram no Brasil ainda crianças e aqui tornaram-se destacados militantes libertários. Em 1887, Everardo Dias tinha apenas dois anos de idade quando chegou no Brasil. Ao constatar os a tenra idade de ambos quando chegaram às terras brasileiras fica evidente que adotaram o anarquismo aqui no Brasil. Tal fato demonstra que o anarquismo encontrou aqui condições específicas para se desenvolver ao ponto de se tornar uma ideologia de enorme combatividade na luta da defesa dos interesses do proletariado. Não é demais ressaltar que nem todos os imigrantes que vieram para o Brasil eram anarquistas.

Florentino de Carvalho chegou bem novo e cresceu no Brasil. Alistou-se na Força Pública de São Paulo, na qual chegou a cabo. Encontrou por acaso, em uma livraria de São Paulo, um exemplar do livro *A Conquista do Pão*, de Kropotkin. O livro influenciou a sua vida a ponto de pedir baixa na Força Pública e ir trabalhar nas docas como estivador e também como tipógrafo, como Proudhon. Tornou-se um importante líder anarquista, sindicalista, intensamente perseguido pela polícia. A ligação desses imigrantes

anarquistas com o Brasil foi tão intensa que mesmo depois de terem sido expulsos pelo governo brasileiro, considerados perigosos agitadores, regressaram para o Brasil, como foi o caso de Oreste Ristori, Gigi Damiani, Everardo Dias e Florentino de Carvalho

Enquanto os militantes anarquistas tentavam organizar o proletariado nas duas principais cidades do país, Rio de Janeiro e São Paulo, um grupo de imigrantes italianos tentou criar uma colônia anarquista no interior do Paraná, em 1890. Nesse período não existia uma presença significativa de anarquistas nas cidades brasileiras. Ainda na Itália, o anarquista italiano Giovanni Rossi solicitou ao governo de D. Pedro II uma autorização para que um grupo de imigrantes italianos colonizassem terras no interior do Paraná. O governo brasileiro permitiu a empreitada. A experiência de colonização anarquista na referida região ficou conhecida como Colônia Cecília. Em 20 de janeiro de 1890, partiu do porto de Gênova o navio *Cittá di Roma*, com vários imigrantes. Foram liderados por Giovanni Rossi, agrônomo de 35 anos e tiveram por objetivo de criar uma comunidade anarquista no interior do Brasil. O navio, ao entrar nas águas do Rio de Janeiro, causou bela impressão a eles:

“Entramos na baía majestosa do Rio de Janeiro. O espetáculo é tão imponente pela elevada cadeia de montanhas que rodeia o espelho amplo das águas, tão pitoresco em virtude das belas construções espalhadas sobre as costas e nas pequenas ilhas, tão gentil por todos matizes de verde que oferecem à vista os morros ornados por elegantes palmeiras, tão fulgurantes graças ao sol que resplandece entre o azul do céu e o verde claro do mar, tão eloquente em sua linguagem universal que cada passageiro, seja qual for sua condição e cultura, levanta o rosto e exclama: -Ah! Como é lindo!” (Lopes, 2013:23).

Errico Malatesta desaprovou esse tipo de experiência libertária, e em uma carta enviada ao amigo Vito Panzacchi, escreveu:

“Quanto à empresa de Rossi, eu a deploro, porque oferece aos oprimidos a vã esperança de se emanciparem sem a necessidade de revolução. Se Rossi quer fazer sua experiência, que a faça, mas deixe em paz os revolucionários, recolha os trabalhadores mais pobres, em embrutecidos, e faça a nobre tentativa de elevá-los à dignidade. Vá, portanto, Rossi ao Brasil repetir tardiamente, quando o problema tornou-se gigante e reclama soluções urgentes, a experiência de diletantes com as quais precursores do socialismo encheram a primeira metade do século. Os revolucionários continuem em seu posto de luta”.<sup>40</sup>

---

<sup>40</sup> La Riveudicazione (18/03/1891). Apud. SALLES, Iza. **Um cadáver ao sol**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005, p. 31.

Imigrantes anarquistas portugueses também desempenharam importante papel no Brasil. O principal deles foi Neno Vasco (Gregório Nazianzeno Moreira de Queirós e Vasconcelos). Formado advogado pela Universidade de Coimbra e filho de pai rico, chegou no Brasil em 1901 e logo se juntou a um grupo de anarquistas italianos que viviam em São Paulo. Em 1902 dirigiu o jornal anarquista *O Amigo do Povo*, publicado quase todo em português, com uma página em italiano para a qual Gigi Damiani colaborava do Paraná.

Além de dirigir o jornal *O Amigo do Povo*, Neno Vasco fundou e dirigiu o jornal *A Terra Livre* ao lado de Manoel Moscoso e Edgard Leuenroth, publicou uma revista chamada *Aurora* e escreveu peças teatrais. É o autor da letra em português de *A Internacional*. Sua produção literária e militância política lhe renderam a fama de ser o anarquista mais culto do Brasil. Seu jornal *A Terra Livre* circulou entre 1905 até 1910, primeiramente em São Paulo e depois no Rio de Janeiro e novamente em São Paulo. Quando Neno Vasco voltou para sua terra natal, o jornal deixou de circular.

## Conclusão

É comum associarmos o anarquismo à imigração europeia. Consideramos os heterogêneos contingentes de trabalhadores imigrantes europeus como vetores de entrada da ideologia anarquista em nosso território. No entanto, não podemos cair em alguns erros que consideram todos os imigrantes europeus como militantes anarquistas. É uma análise superficial sobre a entrada do anarquismo no Brasil, pois nem todos imigrantes eram militantes libertários.

Grande parte desses contingentes procurava alcançar uma vida melhor, estavam fugindo da miséria e da ausência de perspectivas de vida que lhes eram impostas em seus países de origem. Outra característica importante dos trabalhadores imigrantes europeus no Brasil, é que alguns eram socialistas e atuaram efetivamente para construir organizações socialistas em nosso país. Publicaram importantes periódicos socialistas, como foi o caso do jornal *Avanti!*. Sua publicação era no idioma italiano e foi o veículo de propaganda do Partido Socialista Brasileiro, fundado em 1902. Foi editado por destacados militantes socialistas, entre eles Antonio Piccarolo. Alcançou a circulação e duração de quinze anos. Mesmo com breves interrupções, é considerado um dos



principais instrumentos de propaganda socialista no início do século XX no Brasil. O jornalista italiano Vicente Varcica também dirigiu o referido periódico.<sup>41</sup>

Vários trabalhadores imigrantes buscavam apenas melhores condições de vida. Apenas fugiam das inóspitas condições materiais de sobrevivência em seus países de origem. Não eram militantes anarquistas ou socialistas infiltrados no país para propagar uma ideologia específica, ou para organizar trabalhadores brasileiros desorganizados e dóceis às incipientes relações de produção capitalistas em nosso território. Muitas vezes o anarquismo foi associado à imigração italiana. Como se todos os italianos fossem anarquistas. Não eram. Muitos imigrantes portugueses e espanhóis se organizavam politicamente através do anarquismo e haviam aqueles que não se interessavam pelas ideias libertárias. Alguns trabalhadores europeus se tornaram pequenos comerciantes no decorrer dos anos no Brasil. Tornaram-se donos de lojas e de pousadas e não retornaram para os seus países de origem.

Em um país distante encontravam diversas dificuldades de adaptação e de sobrevivência. Seus dois principais objetivos eram trabalho, moradia e conseqüentemente melhores condições de vida. Muitos perceberam que o sonho de uma vida melhor no Brasil era uma ilusão e enquanto trabalhadores explorados, ao lado dos brasileiros, não restava outra alternativa a não ser lutar por melhores condições de trabalho e de vida. Aí a ideologia era encarada como uma importante ferramenta de luta contra as inóspitas relações de produção as quais estavam submetidos. Precisavam fugir da miséria e superar as relações de produção do incipiente capitalismo brasileiro.

Outro erro crasso é considerar que os trabalhadores brasileiros não fossem capazes de criar organizações e estratégias de enfrentamento ao capitalismo. Portanto precisariam da liderança, experiência dos trabalhadores europeus para construir os sindicatos revolucionários e assim organizar o proletariado brasileiro através da ideologia ácrata. Trabalhadores brasileiros protagonizaram diversos episódios de enfrentamento à ordem social vigente. Sindicatos revolucionários, inúmeros periódicos foram criados e desenvolvidos por trabalhadores brasileiros.

A imprensa operária foi uma importante estratégia de propagação de ideias sobre a necessidade de luta proletária contra a opressão capitalista em nosso território. Tais

---

<sup>41</sup> SANTOS, Hamilton Moraes Theodoro dos. **Anarquismo e a formação do Partido Comunista do Brasil**. Rio de Janeiro: Rizoma Editorial, 2017, p. 46.

periódicos acusavam a inóspita realidade material imposta aos trabalhadores. O período que abrange a segunda metade do século XIX até os anos finais da Primeira República foi de grande publicação e circulação de jornais operários. Foram 343 títulos entre 1858 a 1927. Desse expressivo número, sessenta foram publicados em língua estrangeira. Tal fato demonstra o expressivo quantitativo de jornais na língua local. Claro que os portugueses eram o maior contingente imigrante europeu na Capital da República. Em 1923 circularam 94 jornais operários publicados em português em São Paulo e 97 no Rio de Janeiro.<sup>42</sup>

O mais famoso e prolífico editor de jornais anarquistas no Brasil foi Edgard Frederico Leuenroth<sup>43</sup> (1881-1968). Era brasileiro, nascido em Mogi Morim em São Paulo. Publicou sete jornais operários em língua portuguesa. O segundo maior editor de jornais operários foi Antonio Bernardo Canellas<sup>44</sup> (1898-?), nascido em Niterói no Rio de Janeiro. Publicou seis periódicos em língua portuguesa.<sup>45</sup> Importantes lideranças anarquistas eram brasileiras, como o caso de Fábio Luz, Maria Lacerda de Moura, Domingo Passos, José Oiticica etc. O militante Domingo Passos chegou a ganhar a alcunha de “Bakunin brasileiro” em referência à sua ativa militância no movimento operário. Se fossemos abordar historicamente importantes esses importantes militantes anarquistas brasileiros, seriam necessárias as publicações de vários livros.

Existiram imigrantes europeus que chegaram ainda crianças no Brasil e não se envolveram inicialmente com a militância operária. Ou seja, se tornaram anarquistas em nosso país, quando alcançaram a idade adulta, provavelmente por causa de dolorosas experiências materiais proporcionadas pelos seus envolvimento no mundo do trabalho ou na experiência do cotidiano urbano. Um exemplo desse processo de desenvolvimento político foi o famoso caso do anarquista espanhol Primitivo Raymundo Soares, que possuía o pseudônimo Florentino de Carvalho. Chegou ainda criança em nosso país, trabalhava como sargento da Força Pública do Estado de São Paulo. Em 1901 entrou em

---

<sup>42</sup> FERREIRA, Maria Nazareth. **A imprensa operária no Brasil, 1880-1920.** : Editora Vozes, 1978, p. 90-96.

<sup>43</sup> Edgard Leuenroth publicou os jornais *Folha do Brás*, *A Lanterna*, *Terra Livre*, *Folha do Povo*, *A Vanguarda*, *A Plebe* e *A Patuleia*.

<sup>44</sup> Antonio Bernardo Canellas publicou os jornais *A Semana Social* (Maceió), *A Patuleia* (Porto Alegre), *Tribuna do Povo* (Recife), *Tribuna do Povo* (Viçosa), *Cinco de Julho* (clandestino nos anos 20) e *Cinco de Julho* (legal nos anos 30).

<sup>45</sup> SALLES, Iza. **Um cadáver ao sol.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2005, p. 36.

uma livraria e pegou o livro *A Conquista do Pão*<sup>46</sup> de autoria do geógrafo anarquista russo Piotr Kropotkin. Em seguida pediu baixa da Força Pública e tornou-se estivador nas docas de Santos. Em seguida tornou-se tipógrafo, mesma profissão do anarquista francês Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865). Desenvolveu importante militância libertária entre o movimento operário brasileiro.

Através da análise desses referidos dados estatísticos, é possível afirmar que o movimento operário brasileiro não era liderado e nem protagonizado por militantes imigrantes. O fato é que trabalhadores brasileiros e imigrantes trabalharam juntos na construção de organismos de resistência e sindicatos revolucionários de enfrentamento e superação do modo de produção capitalista. Os dois maiores editores de jornais anarquistas no Brasil foram dois brasileiros.

Além do que, no Brasil, existe um complexo de inferioridade civilizatória. Esse complexo é constantemente estimulado e manipulado pelas elites para domesticar a população e assim manter a propriedade privada dos meios de produção em suas mãos. A origem desse complexo está em nossa História, pois nossa sociedade foi construída sobre os alicerces da colonização portuguesa. Assim foi construído um imaginário, baseados em ideias que consideravam a Europa enquanto referência de desenvolvimento e o nosso país como sinônimo de inferioridade civilizatória. Durante os séculos de domínio português sobre o Brasil, fomos obrigados a aceitar as políticas administrativas metropolitanas que impediram que fossemos capazes de trilhar nossa própria história.

Assim foi forjada a ideia de que a Europa era o centro do mundo, um continente com países realmente desenvolvidos, no qual Portugal nos impunha o que consumir, o que pensar e como nos organizar. No decorrer dos séculos tudo o que era oriundo da Europa ganhava um verniz de glamour, era valorizado, visto com fruto de uma cultura superior.

Esse modelo de pensamento foi utilizado pelas elites e autoridades para criminalizar a combatividade do movimento operário brasileiro na Primeira República. Assim foi forjada a ideia de que o anarquismo era uma planta exótica prestes a desvirtuar a cordialidade e bondade dos trabalhadores brasileiros. Os imigrantes anarquistas europeus seriam indivíduos desajustados com ideias absurdas, que deveriam ser aprisionados e expulsos do país, pois eles lideravam esse enfrentamento classista contra

---

<sup>46</sup> KROPOTKIN, Piotr Alexeyevich. **A conquista do pão**. Rio de Janeiro: Ed. Achiamé, 2011.

os patrões. Como se os trabalhadores brasileiros fossem incapazes de organização, de protagonizarem a luta contra todo peso da exploração capitalista nas primeiras décadas do século XX. Claro que existia um objetivo nefasto na propagação desse tipo de pensamento, pois o brasileiro não seria capaz de organizar a luta contra sua exploração. Pois tal enfrentamento seria uma atitude sem sentido, protagonizada por pessoas estrangeiras, estranhas, diferentes e desajustadas.

### **Bibliografia**

ADDOR, Carlos Augusto. (1986), **A insurreição anarquista no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ed. Dois Pontos.

\_\_\_\_\_ e Deminicis, Rafael (organizadores). (2009), **História do anarquismo no Brasil (2º volume)**. Rio de Janeiro: Achiamé.

ARENDDT, Hannah. (1990), **Da revolução**. Brasília: EDUNB/Ed. Ática.

BANDEIRA JÚNIOR, Antonio Francisco. (1901), **A indústria no estado de São Paulo**. São Paulo: Editora Typ. Do Diário Oficial.

BAKUNIN, Michael Alexandrovich. (2014), **Textos anarquistas**. Porto Alegre: L&PM.

BANDEIRA, Moniz. (2004), **O ano vermelho**. São Paulo: Expressão Popular.

BATALHA, Cláudio H. M. (2009), **Dicionário do movimento operário**. São Paulo: Perseu Abramo.

\_\_\_\_\_. (2000), **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed..

BLOCH, Marc. (2001), **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.

BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, N. e PASQUINO G. (1986), **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

BOSI, Alfredo. (1992), **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras.

BOTTOMORE, Tom. (1988), **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

BRENER, Jayme. (1998), **O jornal do século XX**. São Paulo: Ed. Moderna.

CANELLAS, Antonio Bernardo. (1920), **Viagem à Europa em missão da Federação de Resistência das Classes Trabalhadoras de Pernambuco, 21 de janeiro a 6 de setembro de 1919**. Pernambuco.

\_\_\_\_\_. (1923), **Relatório da delegacia à Rússia como representante do Partido Comunista do Brasil, acompanhado de uma exposição dos motivos que determinaram a minha demissão do C.C.E. do Partido**. Rio de Janeiro : [s.n.].

CARONE, Edgard. **O PCB – 1922/1943 (1º volume)**. Ed. Bertrand Brasil: São Paulo, 1ª Edição

\_\_\_\_\_. (1989), **Classes sociais e movimento operário**. São Paulo: Ed. Ática.

\_\_\_\_\_. (1982), **Movimento operário no Brasil (1877-1944)**. São Paulo: Ed.

DIFEL.

CARR, Edward Hallett. (1981), **A Revolução Russa de Lênin a Stalin (1917-1929)**. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

\_\_\_\_\_. (1996), **O que é História ?** São Paulo: Ed. Paz e Terra.

CARVALHO, José Murilo de. (1987), **Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia da Letras.

CHACON, Vamireh. (1981), **História dos partidos políticos**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília.

CHILCOTE, M. (1982), **Partido Comunista Brasileiro**. Rio de Janeiro: Ed. Graal.

CORRÊA, Felipe. (2011), **Ideologia e estratégia: anarquismo, movimentos sociais e poder popular**. São Paulo: Faísca Publicações Libertárias.

DEL PIORE, Mary (organizadora). (2007), **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto.

DIAS, Everardo. (1977), **História das lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Editora Alfa-Omega.

DULLES, John W. F. (1977), **Anarquistas e comunistas no Brasil: 1900-1935**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

FAUSTO, Boris. (2002), **História concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp.

\_\_\_\_\_. (1976), **Trabalho urbano e conflito social**. São Paulo: Difel.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília Neves. (2004), **O Brasil republicano (4º volume)**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.

- FERREIRA, Maria Nazareth. (1978), **A imprensa operária no Brasil, 1880-1920**. Petrópolis: Editora Vozes.
- FERRO, Marc. (1984), **O Ocidente diante da revolução soviética**. São Paulo: Ed. Brasiliense.
- FÜCHTNER, Hans. (1980), **Os sindicatos brasileiros**. Rio de Janeiro: Editora Graal.
- FURTADO, Celso. (1985), **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional.
- GARAUDY, Roger. (1949), **Les sources françaises du socialisme scientifique**. Paris: Editeurs Réunis.
- GATTAI, Zélia. (1988), **Anarquistas, graças a Deus**. Rio de Janeiro: Ed. Record.
- GRAMSCI, Antonio. (1968), **Maquiavel: a política e o estado moderno**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.
- HARDMAN, Francisco Foot. (2002), **Nem pátria, nem patrão!**. São Paulo: Ed. UNESP.
- \_\_\_\_\_ e LEONARDI, Victor. (1991), **História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos 20**. Rio de Janeiro: Ed. Ática.
- HOBBSAWM, Eric. (1995), **A era dos extremos**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras.
- \_\_\_\_\_. (1983), **História do marxismo I: o marxismo no tempo de Marx**. São Paulo: Ed. Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_. (1982), **História do marxismo II: o marxismo na época da Segunda Internacional**. São Paulo: Ed. Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_. (1982), **História do marxismo III: o marxismo da Terceira Internacional**. São Paulo: Ed. Paz e Terra.
- JÚNIOR, Caio Prado. (1966), **A revolução brasileira**. São Paulo: Ed. Brasiliense.
- KONDER, Leandro. (2002), **A questão da Ideologia**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras.
- KROPOTKIN, Piotr Alexeyevich. (2011), **A conquista do pão**. Rio de Janeiro: Ed. Achiamé.
- LEVAL, Gaston. (2009), **Bakunin: fundador do sindicalismo revolucionário**. São Paulo: Imaginário/Faísca.
- LINHARES, Hermínio. (1977), **Contribuição à história das lutas operárias no Brasil**. São Paulo: Ed. Alfa-Omega.
- LINHARES, Maria Yedda (organizadora). (1990), **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Campus.
- LOPES, Milton. (2013), **Crônica dos primeiros anarquistas no Rio de Janeiro (1888-1900)**. Rio de Janeiro: Ed. Achiamé.

- LOWY, Michael (organizador.). (1999), **O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos nossos dias**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo.
- MALATESTA, Errico. (2009), **Entre camponeses**. São Paulo: Hedra.
- \_\_\_\_\_. (1989), **Escritos revolucionários**. São Paulo: Novos Tempos Editora.
- MARAM, Sheldon Leslie. (1979), **Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890-1920)**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. (1997), **O manifesto comunista: 150 anos depois**. São Paulo: Ed. Contraponto.
- \_\_\_\_\_. (2002), **A ideologia alemã**. São Paulo: Editora Martins Fontes.
- MENEZES, Lená Medeiros de. (1996), **Os indesejáveis: desclassificados da modernidade**. Rio de Janeiro: edUERJ.
- OITICICA, José. (1983), **A doutrina anarquista ao alcance de todos**. São Paulo: Editora Econômica.
- PEREIRA, Astrojildo. (1924), **O processo de um traidor**. Rio de Janeiro: PCB.
- \_\_\_\_\_. (2012), **Formação do PCB**. 3ª Ed., São Paulo: Anita Garibaldi.
- \_\_\_\_\_. (1923), **Resolução sobre o relatório do delegado do P.C.B. ao IV Congresso da I.C., adotada em seção do 6.6.1923**. Rio de Janeiro: PCB.
- PROUDHON, Pierre Joseph. (1988), **A propriedade é um roubo**. Porto Alegre: L&PM.
- \_\_\_\_\_. (1997), **O que é a propriedade?**. Lisboa: Estampa.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. (1991), **História do marxismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_ e DEMICINIS, Rafael Borges (organizadores). (2006), **História do anarquismo no Brasil. (1º volume)**. Niterói: edUFF : Rio de Janeiro: MAUAD.
- \_\_\_\_\_ e MORAES, João Quartim de (organizadores). (2003), **História do marxismo no Brasil: o impacto das revoluções (1º volume)**. Campinas: Editora da UNICAMP.
- RÉMOND, René. (1981), **O século XX: de 1914 aos nossos dias**. São Paulo: Ed. Cultrix.
- RODRIGUES, Edgard. (1969), **Socialismo e sindicalismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Laemmert.
- \_\_\_\_\_. (1987), **ABC do sindicalismo revolucionário**. Rio de Janeiro: Ed. Achiamé.

\_\_\_\_\_. (1979), **Novos rumos**. Rio de Janeiro: Ed. Mundo Livre.

\_\_\_\_\_. (1979), **Alvorada operária**. Rio de Janeiro: Ed. Mundo Livre.

\_\_\_\_\_. (1980), **Socialismo, uma visão alfabética**. Rio de Janeiro: Ed. Porta Aberta.

ROMANI, Carlo. (2002), **Oreste Ristori: uma aventura anarquista**. São Paulo: Annablume.

SALLES, Iza. (2005), **Um cadáver ao sol**. Rio de Janeiro: Ediouro.

SAMIS, Alexandre. (2002), **Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil**. São Paulo: Ed. Imaginário.

\_\_\_\_\_. (2009), **Minha pátria é o mundo inteiro: Neno Vasco, o anarquismo e o sindicalismo revolucionário em dois mundos**. Lisboa: Letra Livre.

\_\_\_\_\_ e RAMOS, Renato. (2009), **Domingos Passos: o Bakunin brasileiro**. São Paulo: Faísca Publicações Libertárias.

SANTANA, Marco Aurélio. (2001), **Homens partidos**. São Paulo: Boitempo Editorial.

SANTOS, Hamilton Moraes Theodoro dos. (2017), **Anarquismo e a formação do Partido Comunista do Brasil**. Rio de Janeiro: Rizoma Editorial.

SANTOS, Kauan Willian dos e Silva, Rafael Viana da (organizadores). (2018), **História do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária**. Curitiba: Editora Prismas.

SCHMIDT, Michael e VAN DER WALT, Lucien. (2009), **BlackFlame: the revolutionary class politics of anarchism and syndicalism**. Oakland: Ak Press.

SODRÉ, Nelson Werneck. (1966), **A História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

\_\_\_\_\_. (1968), **Fundamentos do materialismo histórico**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

\_\_\_\_\_. (1968), **Fundamentos do materialismo dialético**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.

THOMPSON, Edward Palmer. (1987), **A Formação da Classe Operária Inglesa: A Árvore da Liberdade**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra.

TOLEDO, Edilene. (2004), **Anarquismo e sindicalismo revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República**. São Paulo: Ed. Perseu Abramo.



ULAM, Adam B. (1976), **Os bolcheviques**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira.

Vários autores. (1998), **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea (4º volume)**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras.

VINHAS, Maurício. (1970), **Estudos sobre o proletariado brasileiro**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.

WOODCOK, Geroge. (2002), **História das ideias e dos movimentos anarquistas**. Porto Alegre: L&PM.